

1º SEMINÁRIO FIESP DE SANEAMENTO BÁSICO

DISCURSO CARLOS CAVALCANTI

Senhoras e Senhores,

Em nome da FIESP, gostaria de agradecer a todos os que aceitaram nosso convite para o 1º Encontro de Saneamento Básico.

Agradeço especialmente, aos palestrantes e coordenadores, aos apoiadores, aos diretores da FIESP, ao nosso corpo técnico e, em especial aos meus colaboradores no Departamento de Infraestrutura.

Não podemos falar de um tema tão importante para o cidadão brasileiro, que repercute diretamente na qualidade de vida e na saúde das pessoas, e que é utilizado como referência na definição do grau de desenvolvimento das nações, sem uma contextualização do Brasil perante o cenário mundial.

A geografia econômica do planeta é dinâmica e nos últimos anos tem sido marcada por um movimento que tem colocando em destaque países que há pouco mais de três décadas não eram considerados economicamente relevantes, quando comparados com as grandes potências que lideravam o mundo naquela época.

Nessa dinâmica, o Brasil passa, este ano, a ocupar o sexto lugar no ranking das maiores economias do mundo, ultrapassando o Reino Unido, ficando atrás dos EUA, China, Japão, Alemanha e França.

Apesar da presente crise, convenhamos, é um clube respeitável.

Esta foi uma excelente notícia recebida pelos brasileiros.

Sem dúvida nenhuma, nos últimos anos celebramos importantes conquistas.

Avançamos no desenvolvimento da economia e na redução da pobreza, com a inclusão social de milhões de brasileiros que passaram a ter acesso a bens e serviços antes inalcançáveis, transformando-os em agentes ativos do mercado.

O Brasil tem ampliado seu prestígio e sua capacidade de influenciar no mundo globalizado.

Nos últimos anos, o Brasil empreendeu uma política externa e uma política comercial baseadas em uma percepção acertada sobre os vetores de desenvolvimento global e sobre o futuro da humanidade.

Politicamente, no cenário internacional, podemos afirmar que o Brasil atingiu sua maioridade.

Não há questão relevante no cenário das nações onde o Brasil não ocupe assento nos círculos centrais dos foros de decisão. E isso não é pouco.

Como economia vibrante, ao lado de seus parceiros do Brics, nosso país tem figurado com destaque nas mais importantes negociações internacionais, em temas que vão das rodadas de liberalização comercial à articulação de líderes para governança mundial financeira e econômica; da resolução de conflitos regionais e extra regionais à mudança do clima, e também, na reforma dos organismos multilaterais.

Como futuro detentor de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, se esse permanecer como o foro das questões de segurança mundial, o Brasil marcará sua presença internacional, não na condição de superpotência militar. Nosso país desempenhará posição central e relevante nos campos da segurança energética e também da segurança alimentar.

As projeções da FAO, da necessidade de aumento acelerado de produção de alimentos, e sua conclusão, que caberá ao Brasil, papel amplo e predominante para prover internacionalmente esse acréscimo de produção, condicionam nossa responsabilidade como potência que ampliará o comércio internacional de alimentos, o bem mais estratégico, ao lado da energia, para todos e cada um, dos habitantes do planeta.

No plano doméstico, o Brasil combinou um ciclo sustentado de crescimento econômico com a inovação das políticas

de inclusão social, que promoveram o bem estar de milhões de famílias, e aumentou o nível de consumo, incluindo milhões de cidadãos no mercado, o que acabou por ampliar e fortalecer, em uma escala sem precedentes na história do nosso País, nosso mercado interno, nosso comércio e nossa indústria.

Mas, apesar dos avanços obtidos ainda convivemos com um imenso desequilíbrio social. Alcançamos a sexta posição na economia mundial, mas ainda sofremos as mazelas de um octogésimo quarto lugar no Índice de Desenvolvimento Humano.

Com uma carga tributária nos níveis das maiores sociais- democracias européias, o cidadão brasileiro dispõe de equipamentos e serviços públicos de quarto mundo, penalizando a expansão do consumo, o bem estar das famílias e a atividade daqueles que vivem de produzir bens.

Apesar desses graves problemas, as perspectivas para o futuro imediato e de médio prazo da economia brasileira são extremamente positivas.

O Brasil já é hoje o maior mercado do mundo para bens e serviços do setor petrolífero em alto-mar. Recentes estudos, baseados nas informações do plano de negócios da Petrobras, atestam que, até 2020, as operações da companhia deverão absorver mais 58 plataformas de perfuração, 45 de produção e 309 superpetroleiros e barcos de apoio.

Os centros de pesquisa da Petrobrás buscam produzir engenharia na fronteira tecnológica, que permitam a total robotização das plataformas, o que viabilizaria mergulhá-las por completo, aumentando seu nível de segurança operacional.

O desafio tecnológico é sem precedentes no mundo. Norma Gall, numa série memorável de artigos publicados no jornal “O Estado de São Paulo”, compara o plano de investimentos da Petrobrás aos recursos alocados pelo governo dos Estados Unidos na NASA, na década de 1960, para atingir o objetivo da conquista da Lua. Aqueles da Petrobrás são maiores, considerada a atualização monetária, assegura Gall.

Esse é o Brasil que deu certo, e que orgulha a todos os brasileiros.

Infelizmente, nem todos os setores brasileiros acompanharam esse ritmo de desenvolvimento.

É o caso do Saneamento Básico, que nos trouxe aqui, hoje, para discutir seus problemas e suas soluções.

Sem dúvida nenhuma, a carência de saneamento básico é um dos maiores desafios de nosso país, que afeta, sobretudo, a saúde e a qualidade de vida do povo brasileiro.

Trataremos aqui dos aspectos políticos, regulatórios, de infraestrutura, do papel do setor privado e dos desafios e metas de

abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e destinação do lixo e drenagem das águas pluviais.

A situação do saneamento básico no Brasil está longe de ser adequada. O déficit do setor é elevado, sobretudo no que se refere ao esgotamento sanitário, com maior carência nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas zonas rurais, onde está concentrada a população mais pobre.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 do IBGE, 2.495 municípios brasileiros, ou seja, 45% do total, não possuem rede coletora de esgoto. Estamos falando de 35 milhões de brasileiros, que estão expostos a doenças de veiculação hídrica, doenças essas que afetam principalmente as nossas crianças.

O Sudeste é a região do país com melhor cobertura desse serviço, com 69% dos domicílios com acesso à rede de esgoto. Enquanto na região Norte, somente 3,5% da população tem esgoto coletado em suas residências.

Em relação ao tratamento de esgoto, os números são ainda mais alarmantes. Somente 29% dos municípios brasileiros têm algum sistema de tratamento de esgoto instalado e, apenas 35% dos esgotos gerados em todo Brasil recebem algum tipo de tratamento. Todo o restante é lançado *in natura* a céu aberto, nos rios, nos lagos e nas nossas praias.

No caso do Estado de São Paulo, apesar de apresentar os melhores índices de cobertura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil, é incompreensível ainda não ter resolvido os graves problemas da poluição do rio Tietê, do rio Pinheiros e das áreas poluídas dos reservatórios das represas Billings e Guarapiranga.

No saneamento básico, o serviço que mais avançou no Brasil foi o abastecimento de água, mas ainda estamos longe da condição ideal. O racionamento de água ainda é um sério problema enfrentado por 23% dos municípios brasileiros que, em algum período do ano, sofrem com a interrupção do fornecimento. Segundo o IBGE, uma em cada cinco residências não tem água encanada no Brasil.

O problema do saneamento no Brasil não para por aí. Conforme observamos todos os anos, muitos municípios, principalmente na região Sudeste sofrem com enchentes na área urbana. Obstrução de bueiros; assoreamento dos rios; impermeabilidade do solo; lançamento inadequado de resíduos sólidos, são exemplos de fatores agravantes para o problema.

Nesta questão, São Paulo é um mau exemplo. Milhares de pessoas, sobretudo na Região Metropolitana, têm suas vidas afetadas, sistematicamente, pelas enchentes decorrentes de uma infraestrutura de drenagem urbana insuficiente e mal planejada.

O crescimento desordenado das cidades e o uso inadequado do solo urbano têm agravado esses acidentes e dificultado

a implantação de redes de águas e de esgotos, principalmente na periferia das grandes cidades. São irreversíveis as perdas das vidas de muitos brasileiros, todos os anos, em função de desabamentos e das enchentes.

A gestão inadequada dos resíduos sólidos é outra grave e complexa questão.

Os últimos dados publicados pelo IBGE em 2008 demonstram que metade dos municípios brasileiros utilizam os “lixões” como destino final dos resíduos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Os graves impactos ambientais gerados pelos lixões e por aterros sanitários fora de especificações e controle, têm se transformado em um dos maiores desafios de gestão pública no país.

Com o esgotamento da capacidade dos aterros sanitários nos grandes centros urbanos, fica cada vez mais difícil e mais caro a construção de novos, o que exige a busca de soluções alternativas, a exemplo da geração de energia elétrica a partir de gases emanados dos aterros ou diretamente da queima dos resíduos sólidos urbanos.

Essas tecnologias estão presentes em diversos países, e são tidas como solução adequada para o problema do lixo urbano. Este assunto foi tema de seminário da FIESP este ano.

O processo de aproveitamento energético não impede a reciclagem de materiais, que é a primeira e mais importante etapa, mas trata-se de uma solução adequada para os resíduos que não puderam ser reciclados.

A tecnologia de queima dos resíduos sólidos para geração de energia elétrica reduz os riscos de contaminação do solo e do lençol freático pelo chorume, trata as emissões gasosas e evita ainda o uso de óleo diesel nos equipamentos de transporte e movimentação dos resíduos nos aterros sanitários, melhorando a qualidade do ar e reduzindo significativamente a emissão de gases de efeito estufa.

Os resíduos decompostos em um aterro sanitário produzem gás metano, o qual é um importante gerador do efeito estufa.

Uma tonelada de resíduo depositado em um aterro sanitário com captação do metano, produz gás para gerar cerca de 20 Kwh; a mesma quantidade de resíduo, se queimado diretamente em caldeiras, produzirá 520 kWh, ou seja, vinte e seis vezes mais energia.

Senhoras e Senhores,

Um dos maiores problemas que impediu o avanço dos índices de atendimento em saneamento básico no Brasil foi a falta de um marco regulatório.

Durante muitas décadas o saneamento básico no Brasil sofreu de grande fragilidade normativa e institucional.

As empresas, concessionárias estaduais e municipais, bem como os demais agentes do setor, sofreram um longo período com a falta de um marco legal adequado e também com a discussão inconclusa e improdutiva acerca da titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas e nos aglomerados urbanos.

Esse vácuo legal foi um dos grandes responsáveis pelo atraso do setor.

A falta de um Marco Regulatório consistente e eficaz inibiu os investimentos, sobretudo da iniciativa privada, fazendo com que, ainda hoje, o setor de saneamento básico apresente indicadores bastante desfavoráveis, quando comparados aos outros serviços públicos no Brasil, como exemplo 99% de domicílios contarem com energia elétrica e 84,3% com telefonia fixa ou móvel.

Após mais de 10 anos em tramitação no Congresso Nacional, somente em 2007, com a promulgação da Lei Federal 11.445, conhecida como “Lei de Saneamento”, estabeleceram-se diretrizes gerais para o setor, definindo como saneamento básico os serviços relacionados a abastecimento de água, esgotamento sanitário, lixo e drenagem de águas pluviais.

Após a aprovação da Lei do Saneamento, as unidades da Federação iniciaram seus processos de regulamentação,

repercutindo internamente no estado e nos municípios, o disposto na Lei Federal.

Como exemplo, o Estado de São Paulo, que, tão logo a Lei foi aprovada, instituiu a Lei Complementar Estadual, estabelecendo como foco o planejamento e as ações integradas com os municípios.

A Lei Estadual fortaleceu o papel regulador do Estado e criou a ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, com a competência para regular e fiscalizar os serviços de saneamento, gás canalizado e distribuição de energia elétrica e, instituiu dois Conselhos de Orientação, o de saneamento e o de energia.

A ARSESP, atualmente, atua em relação às atividades de gás natural e energia elétrica, porém ainda está em fase de formação de quadro técnico e desenvolvimento de metodologias para a área de saneamento básico.

Um importante ponto que gostaria de compartilhar hoje com os senhores e as senhoras, é o desenvolvimento da modelagem para a revisão da tarifa de água, que está em andamento na ARSESP.

A FIESP apresentou as suas contribuições no procedimento de Consulta Pública nº 01/2011 promovido pela ARSESP, contestando a metodologia de cálculo da taxa do custo

médio ponderado de capital, o WACC, dentro do processo de revisão tarifária da SABESP.

Nesta participação, a FIESP ressaltou aspectos relevantes, apontando duplicidade na aplicação dos indicadores de risco Brasil.

Na opinião da FIESP, o método defendido pela ARSESP produz uma elevação de 37% na taxa do custo médio ponderado de capital.

Além disso, a FIESP solicitou ao regulador que observasse a transparência necessária ao processo de revisão, uma vez que nem todos os dados e informações foram disponibilizados, em violação aos princípios administrativos que norteiam os processos da Administração, em especial o da publicidade e transparência.

Esta é uma conduta que, infelizmente, tem sido comum em outros processos de revisão tarifária e que impede aos que acompanham, a possibilidade de refazimento dos cálculos para aferir a sua legitimidade.

Reforçamos que a atuação do regulador, ainda que dotada de discricionariedade técnica, não poderá ser exercida se apartada da proteção legal e constitucional do interesse público e dos usuários dos serviços públicos.

Outro avanço regulatório, que comemoramos ainda que tardio, foi a aprovação da Lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que tem como objetivos incentivar a reciclagem, disciplinar o manejo de resíduos e determinar o destino do lixo remanescente.

A lei também estabeleceu a logística reversa, ou seja, o “caminho de volta”.

Com isso, a responsabilidade atual da coleta de baterias, eletroeletrônicos, embalagens, pneus, vidros, óleos lubrificantes e tudo o mais que possa agredir o meio ambiente e prejudicar a saúde humana, passa a ser de todos, dos consumidores, comerciantes, produtores, transportadores, poderes públicos estadual e municipal.

Os municípios são obrigados a promover a coleta seletiva e enviar para o aterro sanitário só o que não for possível reciclar ou reutilizar – o chamado rejeito.

Os municípios que não o fizerem, até 2014, deixarão de receber repasses de verbas do governo federal.

A universalização do saneamento no Brasil é um sonho possível, mas exige decisão política e prioridade nos investimentos.

A necessidade de investimentos para a universalização dos serviços de saneamento, segundo o Ministério das Cidades, é de R\$ 420 bilhões até 2030, ou seja, R\$ 21 bilhões por ano. Entre

2001 e 2010, foram investidos no setor uma média de R\$ 5,4 bilhões por ano.

Neste ritmo, a tão sonhada universalização dos serviços de saneamento corre um grande risco de só ser alcançada no século 22.

Aliado ao baixo investimento, temos o grave problema da incapacidade de execução orçamentária. Os agentes do setor não conseguem aplicar os recursos orçamentários de forma plena, tal como no PAC 1, que nos últimos 4 anos só conseguiu realizar, apenas 16% dos recursos orçamentários disponíveis, segundo o Instituto Trata Brasil.

A FIESP entende que o setor não conseguirá atingir suas metas contando predominantemente com recursos públicos.

A iniciativa privada pode contribuir com recursos financeiros e com a modernização da gestão. Hoje, somente 10% da população brasileira é atendida pelas empresas privadas.

É preciso estimular a atuação do setor privado na prestação dos serviços, por meio de concessões outorgadas mediante licitações não onerosas, nas quais prevaleça o critério de menor tarifa, que contribui para a competitividade da economia e para a satisfação dos consumidores.

Apesar de o setor ser considerado como serviço essencial e estar diretamente relacionado com a qualidade de vida

e à condição de saúde da população, ele sofre com o ônus da tributação, sobretudo do PIS e do COFINS.

Os prestadores de serviços de água e esgoto arrecadam para a União cerca de R\$ 2 bilhões em PIS/COFINS por ano, quase um terço do investimento total do setor. Esse montante é superior aos recursos do Orçamento Geral da União, alocados, a fundo perdido, para ações de saneamento básico, o que significa que o Governo usa o setor como instrumento de arrecadação.

A desoneração desses impostos poderia proporcionar o aumento de mais de 25% nos investimentos.

Senhoras e Senhores,

Realmente ainda há muito por fazer. Os estados e os municípios precisam instituir seus órgãos reguladores, fazendo-os atuar de forma eficaz.

Precisamos consolidar um sistema de planejamento para o setor, que considere a bacia hidrográfica como unidade de planejamento.

O setor tem também grandes desafios na área de gestão.

É indispensável reduzir as perdas de água, que, no país, é próxima a 40%. Essas perdas são físicas: água produzida e

perdida na rede e, comerciais: água produzida, consumida e não medida.

O combate às perdas de água posterga a necessidade de investimentos em novos sistemas e aumenta a receita das companhias. Além disso, reduz custos operacionais, e poderia reduzir tarifas, uma vez que é possível atender a mesma quantidade de pessoas, sem ampliar a produção de água.

A Sabesp, apesar de apresentar o melhor índice de perdas entre as concessionárias estaduais de serviços de água e de esgoto, ainda está longe da condição ideal. Seus 26% de perdas são muito altos, e são pagos pelo consumidor, principalmente para quem atua em um estado onde a disponibilidade de recursos hídricos por habitante é das mais baixas do país.

Também é importante dar mais eficiência à gestão de projetos, de forma a reduzir o tempo e o custo dos empreendimentos.

No Brasil, o déficit dos serviços de água e esgoto é mais acentuado nas populações de baixa renda, as quais apresentam maiores problemas de saúde pública.

O acesso aos serviços de saneamento básico é condição necessária à dignidade da pessoa humana e, particularmente, à sua sobrevivência. A participação do indivíduo na atividade econômica e social depende de uma vida saudável. Para

tanto, é fundamental o acesso ao saneamento básico, assim como à moradia, à saúde e à educação.

A universalização dos serviços de saneamento é uma questão prioritária para o Brasil se desenvolver de maneira sustentável, pois além dos imediatos ganhos na qualidade de vida e saúde, gera riqueza, e reduz o desequilíbrio social, permitindo inclusive a valorização dos imóveis quando estes passam a ter rede de esgoto. Também contribui para o aumento da produtividade do trabalhador e o conseqüente aumento da massa de salários.

Precisamos elevar o nível de investimento a um patamar digno de um país que almeja entrar no clube dos países desenvolvidos, ou seja, dos países que possam ser reconhecidos como economicamente forte e socialmente justo.

Os desafios do saneamento básico são enormes.

Vencer esses desafios significa disponibilizar sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e drenagem urbana a toda população. Significa promover a saúde, reduzir as desigualdades sociais, reduzir a pobreza e preservar nossos ativos ambientais.

Todos nós temos que estar comprometidos com esse processo.

Desejo a todos um excelente dia de trabalho, na certeza de que realizando este evento, a FIESP estará dando sua modesta contribuição para o avanço do saneamento no Brasil.

Muito Obrigado!